

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – PROPEDÊUTICA PROCESSUAL	1
1 Análise de conceitos processuais básicos	1
1.1 Necessidade	1
1.2 Bem	2
1.3 Utilidade	2
1.4 Interesse	3
1.4.1 Espécies de interesses	3
1.5 Conflito de interesses.....	4
1.5.1 Conflito subjetivo de interesses.....	4
1.5.2 Conflito intersubjetivo de interesses.....	5
1.5.3 Causas dos conflitos de interesses.....	5
1.6 Pretensão	5
1.7 Resistência	6
1.8 Lide.....	6
2 Formas de resolução dos conflitos de interesses	7
2.1 Autodefesa	7
2.1.1 Notas essenciais da autodefesa	8
2.2 Autocomposição	9
2.2.1 Característica da autocomposição	10
2.3 Processo e sua evolução	10
2.4 Processo, ação e jurisdição	11
2.4.1 Processo e sua origem.....	12
2.4.2 Processo e suas características.....	12
2.5 Definição de processo	12
3 Processo e atuação do direito objetivo.....	13
3.1 Direito objetivo ou ordenamento jurídico	13
3.2 Relações entre processo e direito objetivo.....	13
3.2.1 Teoria dualista do ordenamento jurídico.....	13
3.2.2 Teoria unitária do ordenamento jurídico	13
3.3 Atuação do direito objetivo.....	14
4 Escopo do processo	14
4.1 Corrente subjetivista do processo	15
4.2 Corrente objetivista do processo	15

4.3	Crítica às concepções objetivista e subjetivista	16
4.4	Corrente subjetivista-objetivista ou mista	16
	Bibliografia	17

CAPÍTULO 2 – DESENVOLVIMENTO DA DOUTRINA PROCESSUAL..... 19

1	Análise comparativa dos processos romano, germânico e comum medieval.....	19
1.1	Declínio do processo romano.....	19
1.2	Processo romano-canônico.....	19
1.3	Escola dos Glosadores e Pós-glosadores	20
1.4	Cotejo entre os diversos tipos de processo.....	20
1.4.1	Escopo do processo.....	20
1.4.2	Função do juiz	21
1.4.3	Atos do juiz	21
1.4.4	Função da prova	22
1.4.5	Coisa julgada.....	22
1.4.6	Forma do processo	22
2	Evolução da doutrina processual.....	23
2.1	Etapas na evolução doutrinária do processo	23
2.1.1	Primitivismo	23
2.1.2	Judicialismo	24
2.1.2.1	Direito comum e a recepção.....	24
2.1.3	Praxismo.....	24
2.1.4	Procedimentalismo	25
3	Revisão científica do direito processual	26
3.1	Processualismo científico	26
3.1.1	Doutrina de Bülow e a autonomia do processo	26
3.1.1.1	Triunfos da doutrina de Bülow	27
3.2	Doutrina de Wach e a autonomia da ação	28
3.3	Doutrina de Degenkolb e de Plósz.....	28
3.4	Discípulos de Bülow e de Wach.....	29
3.5	Doutrina de Chiovenda e a prolusão bolonhesa	29
4	Autonomia e publicização do direito processual.....	29
4.1	Evolução do processo, da ação e da jurisdição	29
4.2	Criação de uma dogmática processual	30
5	Unitarismo e dualismo na ciência do processo: evolução e significação da parêmia	30
5.1	Unidade e dualidade do direito processual.....	30
5.1.1	Teoria unitária do direito processual.....	31
5.1.1.1	Argumentos da corrente unitarista.....	31
5.1.1.2	Argumentos da corrente dualista.....	32
6	Elaboração de uma teoria geral do processo.....	33

7	Teoria geral do processo e métodos de elaboração	34
7.1	Métodos de elaboração	34
7.1.1	Método realista ou empírico.....	34
7.1.2	Método racionalista ou silogístico	35
8	Tendência unificadora do direito processual e suas manifestações doutrinárias e legislativas.....	35
8.1	Unificação doutrinária do direito processual	35
8.2	Manifestações legislativas do direito processual unificado.....	35
9	Trilogia estrutural do direito processual: jurisdição, ação e processo	35
9.1	Autonomia do direito processual	35
9.2	Jurisdição.....	36
9.3	Ação.....	36
9.4	Processo	36
9.5	Trilogia estrutural do direito processual	37
10	Macrossistema, microssistema, sistema periférico e integração do sistema processual	38
10.1	Macrossistema processual, microssistemas e sistema periférico.....	38
10.1.1	Integração do sistema processual.....	38
	Bibliografia	39

CAPÍTULO 3 – PODER JUDICIÁRIO 41

1	Poder Judiciário: estrutura	41
1.1	Órgãos do Poder Judiciário.....	41
1.1.1	Supremo Tribunal Federal	42
1.1.2	Conselho Nacional de Justiça	42
1.1.3	Superior Tribunal de Justiça	43
1.1.4	Tribunais Regionais Federais.....	43
1.1.5	Justiça do Trabalho	44
1.1.5.1	Tribunal Superior do Trabalho.....	44
1.1.5.2	Tribunais Regionais do Trabalho	44
1.1.5.3	Varas do Trabalho	44
1.1.5.4	Competência anômala da Justiça do Trabalho.....	45
1.1.5.5	Arbitragem na Justiça do Trabalho.....	45
1.1.6	Justiça Eleitoral.....	45
1.1.6.1	Tribunal Superior Eleitoral	45
1.1.6.2	Tribunais Regionais Eleitorais.....	46
1.1.6.3	Organização e competência dos juízos e juntas eleitorais.....	46
1.1.7	Justiça Militar da União.....	46
1.1.7.1	Superior Tribunal Militar.....	46
1.1.8	Justiça Estadual e do Distrito Federal.....	47
1.1.8.1	Tribunais de Justiça.....	47

1.1.8.2	Varas estaduais e do Distrito Federal.....	47
1.1.8.3	Justiça Militar Estadual	47
1.1.8.4	Inserção do leigo na administração da justiça	48
2	Organização judiciária.....	48
2.1	Conceito de organização judiciária.....	48
2.2	Organização da Justiça Federal e das justiças estaduais	49
2.3	Comarcas, seções, subseções e circunscrições judiciárias	49
2.3.1	Classificação das comarcas	49
2.4	Competência regional da Justiça do Trabalho e da Eleitoral.....	49
3	Unidade e duplo grau de jurisdição	50
3.1	Unidade ou dualidade de instâncias	50
3.1.1	Argumentos contrários ao duplo grau de jurisdição.....	50
3.1.2	Argumentos favoráveis ao duplo grau de jurisdição	50
3.2	Duplo grau obrigatório de jurisdição	51
4	Composição dos juízos e tribunais.....	51
4.1	Distinção entre juízo ou vara e juiz.....	51
4.2	Critérios de composição dos juízos e tribunais.....	52
4.2.1	Juízo único em primeiro e em segundo grau de jurisdição	52
4.2.2	Juízo colegiado em primeiro e segundo grau de jurisdição.....	52
4.2.3	Juízo único em primeiro e colegiado em segundo grau de jurisdição.....	53
5	Critérios de ingresso na magistratura.....	53
5.1	Eleição pelo voto popular	53
5.2	Livre escolha pelo Executivo.....	53
5.3	Livre nomeação pelo Judiciário	53
5.4	Nomeação pelo Executivo com aprovação do Legislativo	54
5.5	Nomeação pelo Executivo por indicação do Judiciário ou do Legislativo	54
5.6	Nomeação pelo Executivo por indicação do Judiciário com aprovação do Legislativo	55
5.7	Nomeação pelo Executivo por indicação da OAB e do Ministério Público, com a participação do Judiciário e do Legislativo.....	55
5.8	Escolha por órgão especializado.....	55
5.9	Escolha por concurso.....	55
5.10	Escolha por sorteio.....	56
6	Garantias da magistratura	56
6.1	Tipos de garantias outorgadas aos juízes.....	56
6.1.1	Verdadeira garantia política dos juízes.....	57
6.2	Independência jurídica dos juízes.....	57

7	Auxiliares da Justiça: conceito e classificação	58
7.1	Auxiliares da Justiça <i>lato sensu</i>	58
7.1.1	Classificação dos auxiliares da Justiça	58
7.1.1.1	Órgãos auxiliares permanentes	58
7.1.1.2	Órgãos de encargo judicial.....	59
7.1.1.3	Órgãos auxiliares extravagantes	59
8	Órgãos do foro extrajudicial	59
9	Ministério Público	59
9.1	Posição do Ministério Público na ordem jurídica.....	59
9.2	Prerrogativas reconhecidas ao Ministério Público	60
9.3	Estatuto do Ministério Público	60
10	Funções, garantias e estrutura do Ministério Público	60
10.1	Funções do Ministério Público.....	60
10.2	Natureza jurídica do Ministério Público	60
10.3	Garantias do Ministério Público	61
10.4	Estrutura do Ministério Público.....	62
10.5	Conselho Nacional do Ministério Público.....	62
10.6	Corregedoria do Ministério Público.....	62
10.7	Ingresso na carreira do Ministério Público.....	63
11	Princípios informativos do Ministério Público	63
11.1	Princípio da unidade e indivisibilidade.....	63
11.2	Princípio da independência funcional.....	63
12	Advocacia pública.....	64
12.1	Advocacia-geral da União	64
12.2	Ingresso na carreira de procurador federal.....	64
13	Advocacia privada	64
13.1	Natureza jurídica da advocacia.....	64
14	Defensoria Pública	65
14.1	Natureza jurídica da Defensoria Pública.....	65
14.2	Ingresso na carreira de defensor público.....	65
14.3	Conselho Superior da Defensoria Pública	66
	Bibliografia	66
	CAPÍTULO 4 – JURISDIÇÃO.....	67
1	Funções básicas do Estado: legislação, administração e jurisdição	67
1.1	Funções do Estado.....	67
1.2	Conceito de soberania estatal	67
1.3	Poderes da União e suas funções.....	67
2	Jurisdição e equivalentes jurisdicionais	68
2.1	Jurisdição e função jurisdicional	68
2.1.1	Conceito de jurisdição.....	68

2.2	Equivalentes jurisdicionais.....	69
3	Características da jurisdição em confronto com a legislação	69
3.1	Confronto entre as funções estatais	69
3.1.1	Jurisdição.....	69
3.1.2	Legislação	70
4	CrITÉRIOS de distinção entre jurisdição e administração.....	70
4.1	CrITÉRIO orgânico	70
4.2	CrITÉRIO formal.....	71
4.3	CrITÉRIO da diversidade de procedimento lógico.....	71
4.4	CrITÉRIO da finalidade.....	71
4.5	CrITÉRIO psicológico.....	72
4.6	CrITÉRIO de acertamento do direito	72
4.7	CrITÉRIO da natureza do interesse protegido.....	72
4.8	CrITÉRIO da sanção	72
4.9	CrITÉRIO da substituição de atividade	73
4.9.1	Característica da jurisdição: Chiovenda	73
4.9.2	Distinção entre jurisdição e administração	73
4.10	CrITÉRIO da exclusão.....	74
5	Caracterização do ato jurisdicional.....	74
5.1	Características do ato jurisdicional: Couture	74
5.2	Formas externas do ato jurisdicional.....	74
6	Elementos da jurisdição e poderes jurisdicionais	75
6.1	Elementos da jurisdição segundo a doutrina clássica.....	75
6.2	Elementos da jurisdição para a moderna doutrina.....	76
6.2.1	Poder de decisão.....	76
6.2.2	Poder de coerção	76
6.2.3	Poder de documentação.....	76
7	Princípios fundamentais da jurisdição	77
7.1	Princípio da investidura	77
7.2	Princípio da aderência ao território.....	77
7.3	Princípio da indelegabilidade	78
7.4	Princípio da indeclinabilidade.....	78
7.5	Princípio do juízo natural.....	78
7.6	Princípio da inércia	79
7.7	Princípio do acesso à justiça	79
7.8	Princípio da <i>nula poena sine iudicio</i>	79
8	Extensão da jurisdição	80
8.1	Limites da jurisdição.....	80
8.2	Paralelismo entre legislação e jurisdição	80
8.3	Fórmula da nacionalização do direito estrangeiro.....	80

9	Jurisdição e suas divisões.....	81
9.1	Jurisdição e soberania estatal.....	81
9.2	Classificação da jurisdição	81
9.2.1	Quanto à gradação	81
9.2.2	Quanto à matéria.....	81
9.2.3	Quanto à origem.....	81
9.2.4	Quanto aos organismos judiciários	82
9.2.5	Quanto à forma	82
10	Jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária: visão teórica	82
10.1	Jurisdição voluntária para Chiovenda	83
10.2	Importância da distinção entre as duas jurisdições.....	83
10.3	Critérios distintivos das jurisdições contenciosa e voluntária	84
10.3.1	Critério da contenciosidade da relação jurídica	84
10.3.2	Critério da coação	84
10.3.3	Critério da repressão e da prevenção.....	84
10.3.4	Critério do escopo constitutivo da jurisdição voluntária	84
10.3.5	Síntese das duas jurisdições	85
11	Tese revisionista do conceito de jurisdição voluntária	86
11.1	Processo contencioso e processo voluntário.....	86
11.1.1	Ausência de litígio ou controvérsia.....	86
11.1.2	Ausência de contraparte.....	86
11.1.3	Ausência de demanda.....	86
11.1.4	Jurisdição voluntária é atividade jurisdicional.....	87
12	Jurisdição e arbitragem	87
12.1	Existência de jurisdição na arbitragem.....	87
12.2	Existência de processo arbitral	88
12.3	Arbitragem no novo Código de Processo Civil.....	88
12.4	Princípio da colaboração na arbitragem	88
13	Resolução consensual dos conflitos	89
13.1	Conciliação e mediação.....	89
	Bibliografia	89
	CAPÍTULO 5 – COMPETÊNCIA.....	91
1	Competência: conceito e relações com a jurisdição.....	91
1.1	Competência como medida da jurisdição.....	91
1.2	Distinção entre juízo e juiz.....	92
2	Limites e delimitação da jurisdição no espaço	93
2.1	Extensão da jurisdição	93
2.2	Princípio da efetividade.....	93
2.3	Competência externa e competência interna	93

3	Competência interna.....	94
3.1	Crítérios de determinação da competência	94
3.1.1	Sistema de determinação da competência de Carnelutti.....	95
3.1.2	Crítérios de determinação da competência de Chiovenda.....	95
3.1.2.1	Crítério objetivo	96
3.1.2.2	Crítério territorial	96
3.1.2.3	Crítério funcional.....	96
3.2	Crítérios de competência do Código de Processo Civil.....	96
3.2.1	Crítério objetivo	96
3.2.1.1	Competência pela matéria	96
3.2.1.2	Competência pelo valor	97
3.2.1.3	Competência pela qualidade da pessoa.....	98
3.3	Competência territorial	99
3.3.1	Foro geral e foros supletivos e especiais	99
3.3.1.1	Foro geral	99
3.3.1.2	Foros supletivos do geral.....	99
3.3.1.3	Foros especiais.....	100
3.3.2	Crítério da situação da coisa.....	100
3.3.3	Crítério da condição da pessoa	100
3.3.4	Crítério do lugar do ato ou fato.....	101
3.4	Crítério funcional.....	101
4	Prorrogação de competência: conexão e prevenção	102
4.1	Competência absoluta.....	102
4.2	Competência relativa	102
4.3	Prorrogação de competência	103
4.3.1	Prorrogação legal e prorrogação voluntária	103
4.3.2	Conexão de causas: doutrina de Pescatore	103
4.3.2.1	Elementos da ação.....	103
4.3.2.2	Conexão nos processos civil e penal.....	103
4.3.3	Continência de causas	104
4.3.3.1	Continência no processo penal	104
4.3.4	Conexão e continência no processo trabalhista.....	105
4.4	Prorrogação de competência	105
4.4.1	Competência no processo penal	105
4.5	Prevenção de competência.....	105
5	Perpetuação da jurisdição	106
5.1	Perpetuação da jurisdição ou da competência	106
5.1.1	Momento de perpetuação da competência.....	106
5.1.2	Perpetuação da jurisdição no processo penal	106
	Bibliografia	107

CAPÍTULO 6 – PROBLEMÁTICA DA AÇÃO	109
1 Evolução do conceito de ação	109
1.1 Evolução da ação no direito romano	109
1.1.1 Sistema das ações da lei	110
1.1.2 Sistema formulário	110
1.1.2.1 Composição da fórmula	111
1.1.3 Sistema da <i>cognitio</i> extraordinária	111
1.2 Codificação de Justiniano e a definição de ação de Celso e Ulpiano	112
1.2.1 Teoria imanentista da ação	112
1.3 Polêmica Windscheid <i>versus</i> Muther	112
2 Teorias sobre a ação	116
2.1 Ação como direito a uma sentença justa	116
2.2 Ação como emanção da personalidade	117
2.3 Ação como direito de ser ouvido em juízo	117
2.4 Ação como pretensão de tutela jurídica	118
2.5 Ação como direito potestativo	119
2.6 Ação como direito processual das partes	120
2.7 Ação como direito de petição	122
2.8 Ação como direito cívico	122
2.9 Ação como direito à jurisdição	123
3 Relatividade do conceito de ação	124
4 Condições da ação civil	126
4.1 Interesse de agir	126
4.2 Legitimação das partes	127
4.3 Crítica à concepção original de Liebman sobre a ação	127
5 Condições da ação penal	128
6 Defesa contra a ação. Questões sobre o exercício da ação	128
6.1 Conceito de “questão”	128
6.2 Classificação das questões na teoria de Hélio Tornaghi	129
7 Classificação das ações	130
7.1 Classificação da ação civil	130
7.2 Classificação da ação trabalhista	133
7.3 Classificação da ação penal	134
8 Elementos da ação	135
8.1 Teorias sobre a causa de pedir: individuação e substanciação	135
Bibliografia	136
CAPÍTULO 7 – PROBLEMÁTICA DO PROCESSO	139
1 Valores e normas fundamentais	139
1.1 Ordenação do processo civil	139
1.2 Direito constitucional processual e direito processual constitucional ...	140
2 Principais teorias sobre a natureza do processo	140
3 Processo como contrato	141

4	Processo como quase contrato.....	142
5	Processo como instituição.....	143
6	Processo como situação jurídica.....	145
6.1	Feição estática e dinâmica do direito.....	147
6.1.1	Expectativa de sentença favorável.....	147
6.1.2	Perspectiva de sentença desfavorável.....	147
6.1.3	Situação de possibilidade.....	147
6.1.4	Situação de encargo ou de ônus.....	148
6.1.5	Situação de dispensa de encargo.....	148
6.1.6	Crítica de Calamandrei à teoria da situação jurídica.....	148
6.1.7	Mérito da teoria de Goldschmidt: conceito de ônus processual.....	149
7	Processo como relação jurídica.....	149
7.1	Sistematização da relação jurídica processual.....	149
8	Relação jurídica processual: características.....	152
9	Caracterização da relação processual.....	154
9.1	Teoria linear da relação processual.....	154
9.2	Teoria angular da relação processual.....	155
9.3	Teoria triangular da relação processual.....	155
10	Pressupostos processuais: pressupostos de existência e pressupostos de validade.....	156
10.1	Pressupostos processuais.....	157
10.1.1	Pressupostos de existência da relação processual.....	157
10.1.1.1	Pressupostos subjetivos de existência do processo...	157
10.1.1.2	Pressuposto objetivo de existência do processo...	158
10.2	Pressupostos de validade da relação processual.....	158
10.2.1	Pressupostos de validade subjetivos do processo.....	158
10.2.1.1	Pressupostos de validade em relação às partes.....	158
10.2.1.2	Pressupostos de validade em relação ao juiz.....	160
10.2.2	Pressupostos de validade objetivos do processo.....	161
11	Defesa contra o processo.....	162
11.1	Questões sobre o processo.....	162
11.2	Conceito de exceção como sinônimo de defesa.....	162
11.2.1	Alegações contra o processo.....	162
11.2.2	Modalidades de defesa no processo civil.....	163
11.2.3	Modalidades de defesa no processo penal.....	163
11.2.4	Tratamento das questões no Código de Processo Civil.....	163
11.2.5	Questão processual e objeção processual.....	164
11.2.6	Modos de alegação das questões processuais.....	164
11.2.7	Exceção e objeção no direito positivo civil e penal.....	165
11.2.8	Exceções na Consolidação das Leis do Trabalho.....	165
	Bibliografia.....	165

CAPÍTULO 8 – CONTEÚDO OBJETIVO DO PROCESSO	167
1 Problemática do mérito	167
1.1 Mérito na doutrina tradicional	167
2 Mérito e lide	167
2.1 Mérito na doutrina de Carnelutti.....	167
2.2 Mérito na doutrina de Liebman	168
2.3 Lide total e lide parcial.....	168
2.4 Configuração do pedido na doutrina de Liebman.....	168
2.5 Julgamento parcial do mérito	169
3 Mérito em matéria penal	170
3.1 Conceito de mérito em matéria penal	170
4 Defesa contra o mérito.....	170
4.1 Defesa direta contra o mérito	170
4.2 Defesa indireta contra o mérito.....	171
4.3 Conceito substancial de exceção	171
5 Pontos prejudiciais e questões prejudiciais	172
5.1 Conceito de questão prejudicial	172
5.2 Visão pragmática das questões prejudiciais.....	172
5.3 Características das questões prejudiciais.....	173
5.4 Categorias de questões prejudiciais.....	174
6 Questões preliminares e questões prejudiciais	175
6.1 Ponto comum entre questões preliminares e prejudiciais.....	175
6.2 Diferenças entre questões preliminares e prejudiciais.....	175
6.3 Questões prejudiciais e coisa julgada.....	176
Bibliografia	176
CAPÍTULO 9 – COMPOSIÇÃO SUBJETIVA DO PROCESSO	177
1 Sujeitos processuais	177
1.1 Sujeitos principais do processo.....	177
1.2 Sujeitos secundários do processo	178
1.3 Sujeitos <i>sui generis</i> do processo	178
2 Partes: generalidades, conceito; princípios informativos.....	178
2.1 Sujeitos parciais do processo.....	178
2.2 Configuração da relação processual: simples e litisconsorcial	179
2.3 Sujeitos da relação processual e da relação material.....	179
2.4 Conceito civilista de parte.....	179
2.5 Concepção moderna de parte.....	180
2.6 Denominação das partes no processo	181
2.7 Princípios informativos das partes.....	181

3	Pluralidade de partes, ativa e passiva. Litisconsórcio	182
3.1	Conceito de litisconsórcio	182
3.2	Classificação do litisconsórcio	182
3.2.1	Litisconsórcio ativo, passivo e misto	182
3.2.2	Litisconsórcio inicial e ulterior	183
3.2.3	Litisconsórcio necessário e facultativo	183
3.2.4	Litisconsórcio unitário e não unitário	185
4	Intervenção de terceiros	186
4.1	Conceito de terceiro	186
4.1.1	Intervenção de terceiros no processo	186
4.1.2	Espécies de intervenção de terceiros	186
4.1.3	Espécies de assistência	187
4.1.3.1	Assistência simples	187
4.1.3.2	Assistência litisconsorcial	188
4.1.4	Conceito de interesse jurídico	188
4.1.5	Interesse de fato ou econômico	188
4.1.6	Diferença entre assistência simples e litisconsorcial	189
4.1.6.1	Natureza jurídica do assistente litisconsorcial	189
4.1.7	Denúnciação da lide	190
4.1.8	Chamamento ao processo	190
4.1.9	Desconsideração da personalidade jurídica	190
4.1.10	<i>Amicus curiae</i>	190
5	Substituição processual e legitimação extraordinária	191
6	Diferenças entre representação, substituição e sucessão processual	192
6.1	Representação processual	192
6.2	Substituição processual	192
6.3	Sucessão processual	192
7	Limites de incidência da autonomia da vontade: o poder dispositivo	193
7.1	Poder dispositivo da parte no processo civil	193
7.2	Poder dispositivo no processo trabalhista	194
7.3	Poder dispositivo no processo penal	194
	Bibliografia	196
CAPÍTULO 10 – MORFOLOGIA DO PROCESSO		197
1	Distinção entre processo e procedimento	197
1.1	Conceito de processo na ciência do direito	197
1.2	Conceito de procedimento	198
1.3	Classificação dos procedimentos	199
1.3.1	Procedimentos cíveis	199
1.3.2	Procedimentos penais	199
1.3.3	Procedimentos trabalhistas	200

2	Princípios processuais.....	200
2.1	Conceito de princípio	200
3	Princípios informativos do processo.....	201
3.1	Princípio lógico.....	201
3.2	Princípio jurídico	201
3.3	Princípio político.....	201
3.4	Princípio econômico.....	201
4	Princípios fundamentais do processo.....	201
4.1	Princípio da iniciativa da parte.....	201
4.2	Princípio do impulso oficial.....	202
4.3	Princípio do contraditório	203
4.3.1	Contraditório substancial	203
4.4	Princípio inquisitório ou inquisitivo.....	204
4.5	Princípio dispositivo	204
4.6	Princípio da lealdade processual.....	205
4.7	Princípio da publicidade.....	205
4.8	Princípio da preclusão	206
4.9	Princípio da eventualidade.....	206
4.10	Outros princípios processuais.....	206
4.10.1	Princípio da inafastabilidade	206
4.10.2	Princípio da duração razoável do processo	207
4.10.3	Princípio da boa-fé objetiva.....	208
4.10.4	Princípio da cooperação.....	209
4.10.5	Princípio da paridade de tratamento.....	210
4.10.6	Fins sociais da lei e exigências do bem comum	211
4.10.7	Princípio da proibição de decisão-surpresa.....	213
4.10.8	Princípio da fundamentação	214
4.10.9	Princípio da publicidade	214
5	Princípios procedimentais.....	215
5.1	Procedimento oral.....	215
5.2	Princípios informativos do procedimento oral	215
5.2.1	Princípio da imediação.....	215
5.2.2	Princípio da identidade física do juiz.....	216
5.2.3	Princípio da concentração	216
5.2.4	Princípio da irrecorribilidade das interlocutórias	217
6	Tipologia do processo	218
6.1	Classificação do processo	218
6.1.1	Processo de conhecimento.....	218
6.1.1.1	Processo de conhecimento declaratório.....	218
6.1.1.2	Processo de conhecimento constitutivo.....	218
6.1.1.3	Processo de conhecimento condenatório	219
6.1.2	Processo de execução.....	219

6.2	Processo individual	220
6.3	Processo coletivo	220
6.3.1	Direito subjetivo e interesse legítimo	220
6.4	Processo social	221
6.5	Processos penal, trabalhista e civil	222
6.6	Processo penal acusatório, inquisitório e misto	222
	Bibliografia	223

CAPÍTULO 11 – DISCIPLINA NORMATIVA DO PROCESSO..... 225

1	Norma jurídica.....	225
1.1	Leis substantivas e leis adjetivas	225
1.2	Normas materiais e normas processuais	225
1.2.1	Normas materiais	226
1.2.2	Normas processuais	226
1.2.2.1	Divisão das normas processuais.....	226
2	Fontes do direito processual.....	227
3	Interpretação e integração da norma processual.....	228
3.1	Interpretação do ponto de vista objetivo.....	229
3.1.1	Interpretação gramatical ou literal.....	229
3.1.2	Interpretação lógica ou teleológica.....	229
3.1.3	Interpretação sistemática	229
3.1.4	Interpretação histórica.....	229
3.2	Interpretação do ponto de vista subjetivo	229
3.2.1	Interpretação autêntica.....	229
3.2.2	Interpretação doutrinária.....	229
3.2.3	Interpretação judicial.....	229
3.3	Interpretação do ponto de vista dos resultados.....	230
3.3.1	Interpretação extensiva.....	230
3.3.2	Interpretação restritiva	230
3.4	Outras formas de interpretação	230
3.5	Integração da norma processual.....	230
3.5.1	Analogia	231
3.5.2	Costumes.....	231
3.5.3	Princípios gerais de direito	231
3.5.4	Equidade.....	232
4	Limitações espaciais e temporais na aplicação da norma processual.....	232
4.1	Princípio da territorialidade	232
4.2	Conflito temporal de leis processuais	232
4.2.1	Disposições finais e transitórias do Código de Processo Civil.....	233
4.3	Sistemas de solução dos conflitos de normas processuais	233
4.3.1	Sistema da unidade processual.....	233
4.3.2	Sistema das fases processuais.....	233
4.3.3	Sistema do isolamento dos atos processuais.....	234

4.4	Ultratividade das leis processuais.....	234
5	Aplicação das normas processuais	234
5.1	Leis processuais nacionais e estrangeiras	234
5.2	Projeto de normas transnacionais.....	234
5.3	Ausência de normas nos demais processos.....	234
	Bibliografia	235

CAPÍTULO 12 – DINÂMICA DO PROCESSO 237

1	Dinamicidade do processo.....	237
1.1	Fases ou momentos do processo	237
1.2	Impulso processual.....	237
1.2.1	Autodinâmica e heterodinâmica.....	238
2	Fatos, atos e negócios jurídicos processuais.....	238
2.1	Fato e fatos jurídicos	238
2.1.1	Fato jurídico processual e sua classificação	239
2.1.1.1	Fato juridicamente irrelevante.....	239
2.1.1.2	Fato jurídico <i>lato sensu</i> e ato jurídico.....	239
2.1.1.3	Ato jurídico <i>stricto sensu</i>	239
2.1.1.4	Negócio jurídico processual	240
2.2	Caracterização do ato processual	240
3	Princípios informativos dos atos processuais	241
3.1	Princípio da legalidade	241
3.2	Princípio da publicidade.....	241
3.3	Princípio da instrumentalidade.....	241
3.4	Princípio da sanabilidade	241
4	Tempo dos atos processuais. Prazos e caducidades	242
4.1	Conceito de prazo.....	242
4.2	Prazo e termo	242
4.3	Classificação dos prazos	242
4.3.1	Prazo dilatatório e prazo peremptório.....	242
4.3.2	Prazo legal, judicial e convencional	243
4.3.3	Prazo comum, especial e individual	243
4.3.4	Prazo próprio e prazo impróprio	243
5	Revelia e preclusão	244
5.1	Revelia no processo	244
5.1.1	Efeitos da revelia no processo.....	244
5.2	Preclusão de prazos	244
5.2.1	Espécies de preclusão.....	245
5.2.1.1	Preclusão temporal	245
5.2.1.2	Preclusão lógica	245
5.2.1.3	Preclusão consumativa	245

6	Perfeição e eficácia do ato processual: teoria das nulidades	245
6.1	Irregularidade do ato processual	245
6.2	Nulidade processual e sistemas de nulidades	246
6.2.1	Qualquer defeito acarreta nulidade	246
6.2.2	Nulidade resulta de declaração da lei	246
6.2.3	Nulidade varia conforme a gravidade do vício	246
6.3	Princípios informativos das nulidades	247
6.3.1	Princípio da causalidade	247
6.3.2	Princípio da instrumentalidade das formas	247
6.3.3	Princípio do interesse	247
6.3.4	Princípio da economia processual	248
6.4	Ato processual inexistente.....	248
7	Ordem cronológica na prática de atos processuais	248
8	Calendário para a prática de atos processuais	249
	Bibliografia	250
	CAPÍTULO 13 – PROVA	251
1	Prova.....	251
1.1	Origem e significado vulgar de prova.....	251
1.2	Conceito lógico e jurídico de prova	251
1.3	Conceito de prova na doutrina.....	251
1.4	Sentidos objetivo e subjetivo da prova.....	251
1.5	Conceito de prova judiciária	252
2	Objeto, função e destinatário da prova	252
2.1	Objeto da prova judiciária.....	252
2.2	Função da prova judiciária.....	252
2.3	Destinatários da prova judiciária	252
3	Classificação das provas.....	252
3.1	Prova pessoal.....	253
3.2	Prova real.....	253
3.3	Prova direta	253
3.4	Prova indireta.....	253
3.5	Prova testemunhal.....	253
3.6	Prova documental	253
3.7	Prova material.....	253
3.8	Prova casual.....	254
3.9	Prova preconstituída	254
4	Meios probatórios: pressupostos e limitações.....	254
4.1	Fixação dos fatos no processo.....	255
4.1.1	Prova no processo penal.....	255
4.1.2	Prova no processo civil.....	255

5	Natureza do direito probatório	256
5.1	Natureza jurídica da prova	256
6	Distribuição do ônus probatório: significado	257
6.1	Conceito de ônus probatório	257
6.2	Distribuição estática da prova.....	257
6.3	Ônus da prova na doutrina	257
7	Crítérios formais de distribuição do ônus probatório	257
7.1	Crítério de Carnelutti.....	258
7.2	Crítério de Chiovenda	258
7.3	Crítério de Betti	258
7.4	Problemática do ônus probatório.....	258
8	Crítério material de distribuição do ônus probatório.....	259
8.1	Repartição do ônus da prova	259
8.1.1	Fato constitutivo do direito.....	259
8.1.2	Fato impeditivo do direito	260
8.1.3	Fato modificativo do direito	260
8.1.4	Fato extintivo do direito	260
9	Dinamização e inversão do ônus da prova.....	260
9.1	Distribuição dinâmica da prova	260
9.1.1	Dinamização do ônus da prova.....	260
9.1.2	Momento de inversão do ônus da prova	261
10	Fatos como objeto da prova.....	262
10.1	Fatos que carecem de prova	262
10.1.1	Prova de fatos controvertidos.....	262
10.1.2	Prova de fatos relevantes	262
10.1.3	Prova de fatos determinados	262
10.2	Fatos que não carecem de prova.....	262
10.2.1	Fatos incontroversos	262
10.2.2	Fatos evidentes.....	263
10.2.3	Fatos impertinentes.....	263
10.2.4	Fatos irrelevantes ou inconcludentes.....	263
10.2.5	Fatos impossíveis.....	263
10.2.6	Fatos indeterminados	264
10.2.7	Fatos notórios	264
10.2.8	Fatos possíveis com prova impossível	264
10.2.8.1	Natureza da impossibilidade da prova	264
11	Prova de fatos negativos.....	265
11.1	Problemática da prova de fato negativo.....	265
12	Prova do direito	266
13	Motivos de prova, meios de prova e procedimento probatório.....	266
13.1	Motivos de prova	266
13.2	Meios de prova.....	266

13.3	Procedimento probatório	266
13.4	Eficácia objetiva e atendibilidade da prova	266
14	Alcance do procedimento probatório. Princípios probatórios	267
14.1	Fases ou momentos do procedimento probatório	267
14.1.1	Proposição da prova	267
14.1.2	Admissão da prova	267
14.1.3	Produção da prova	267
14.2	Princípios informativos da oralidade	268
14.2.1	Princípio da identidade física do juiz	268
14.2.2	Princípio da concentração da prova	268
14.2.3	Princípio da imediação	268
14.2.4	Outros princípios probatórios	269
14.2.4.1	Princípio da unidade da prova	269
14.2.4.2	Princípio da vedação da prova ilícita	269
14.2.4.3	Princípio da comunhão da prova	269
14.2.4.4	Princípio do <i>in dubio pro reo</i>	269
14.2.4.5	Princípio da persuasão racional	269
15	Produção antecipada da prova	270
15.1	Ata notarial	270
16	Sistemas de valoração das provas	270
16.1	Sistemas de avaliação das provas	271
16.1.1	Sistema positivo ou legal	271
16.1.2	Sistema da íntima convicção	271
16.1.3	Sistema da persuasão racional	272
17	Verdade no processo: verdade formal e verdade material	272
17.1	Princípio da verdade formal	272
17.2	Princípio da verdade material	273
	Bibliografia	273
	CAPÍTULO 14 – SENTENÇA	275
1	Introdução ao estudo da sentença: atos ordinatórios e atos decisórios	275
1.1	Atos processuais do juiz	275
1.1.1	Classificação dos atos do juiz	275
1.1.1.1	Despachos ordenatórios	275
1.1.1.2	Despachos interlocutórios	276
1.1.1.3	Decisões terminativas	276
1.1.1.4	Decisões definitivas	276
1.2	Atos processuais do juiz no processo civil	276
1.2.1	Sentença	276
1.2.2	Decisão interlocutória	276
1.2.3	Despachos	277
1.3	Atos do juiz nos processos penal e trabalhista	277

2	Conceito de sentença	277
2.1	Sentença no processo romano	277
2.2	Sentença no processo medieval	277
2.3	Derivação etimológica do vocábulo “sentença”	277
2.4	Sentença na doutrina	277
3	Gênese lógica da sentença	278
3.1	Construção silogística da sentença	278
3.2	Conceito de subsunção	278
3.3	Sentença contém vários silogismos	278
3.4	Conceito de sentença para Couture	278
4	Natureza da atividade judicial na emissão da sentença	279
4.1	Sentença como ato de inteligência do juiz	279
4.2	Sentença como ato de inteligência e vontade	279
4.3	Elemento essencial e característico da sentença	279
4.4	Resposta de Alfredo Rocco às críticas à sua teoria	280
4.5	Sentença na concepção de Chiovenda	280
4.6	Sentença na concepção de Lopes da Costa	280
5	Função da sentença	280
5.1	Sentença como ato de criação do direito objetivo	281
5.1.1	Teoria de Bülow	281
5.1.2	Teoria de Carnelutti	281
5.2	Sentença como ato de criação do direito subjetivo	281
5.3	Doutrina sobre a função declaratória da sentença	281
5.3.1	Lacunas na lei e integração das normas jurídicas	282
6	Sentença como ato processual e como fato processual. Efeitos da sentença	282
6.1	Sentença como ato jurídico processual	282
6.1.1	Publicação da sentença no processo civil	283
6.1.2	Publicação da sentença no processo trabalhista	283
6.1.3	Publicação da sentença no processo penal	283
6.2	Efeitos principais da sentença como ato processual	283
6.3	Efeitos secundários da sentença como fato processual	283
7	Classificação da sentença	283
7.1	Sentença declaratória	284
7.2	Sentença constitutiva	284
7.3	Sentença condenatória	284
7.4	Sentenças sujeitas a cumprimento forçado	285
8	Requisitos ou elementos essenciais da sentença	285
8.1	Componentes essenciais da sentença	285
8.1.1	Relatório	285
8.1.2	Fundamentos da sentença	285
8.1.2.1	Necessidade de fundamentação	286

8.2	Parte dispositiva da sentença	286
8.2.1	Dispositivo direto e dispositivo indireto.....	286
9	Efeitos da sentença na interferência das jurisdições	287
9.1	Prevalência da jurisdição penal sobre a civil	287
9.2	Quando a sentença penal não se projeta no cível	288
9.3	Fixação de danos civis pela sentença penal.....	288
9.4	Sentença penal e coisa julgada no cível	288
9.5	Decisão no juízo criminal e processo trabalhista.....	289
	Bibliografia	290
CAPÍTULO 15 – RECURSO		291
1	Recurso	291
1.1	Derivação etimológica da palavra “recurso”	291
1.2	Sentido técnico-processual do termo “recurso”	291
1.3	Notas características do recurso	291
1.4	Conceito de recurso na doutrina.....	291
2	Duplo grau de jurisdição	292
2.1	Recurso e dualidade de instâncias.....	292
3	Natureza jurídica do recurso.....	292
3.1	Concepção do recurso como ação	292
3.2	Concepção do recurso como direito distinto da ação	293
4	Pressupostos recursais.....	294
4.1	Pressupostos recursais objetivos.....	294
4.1.1	Recorribilidade da decisão.....	294
4.1.2	Tempestividade do recurso	294
4.1.3	Singularidade do recurso	294
4.1.4	Adequação do recurso	295
4.1.5	Observância da forma legal	295
4.1.6	Motivação do recurso	295
4.1.7	Preparo do recurso.....	295
4.2	Pressupostos subjetivos do recurso.....	296
4.2.1	Legitimação para recorrer.....	296
4.2.2	Interesse jurídico em recorrer	296
5	Sucumbência	296
5.1	Conceito de sucumbente	296
5.1.1	Sucumbência como gravame para a parte	297
5.1.2	Sucumbência em função do pedido	297
5.2	Classificação da sucumbência	298
5.2.1	Sucumbência única e múltipla	298
5.2.2	Sucumbência direta e reflexa.....	298
5.2.3	Sucumbência total e parcial.....	299

6	Fundamento do recurso.....	299
6.1	Erro de procedimento.....	299
6.2	Erro de julgamento.....	300
7	Juízo de admissibilidade e juízo de mérito.....	300
7.1	Tribunal conhece ou não conhece do recurso.....	300
7.2	Tribunal dá ou nega provimento ao recurso.....	300
8	Efeitos do recurso.....	301
8.1	Efeito suspensivo do recurso.....	301
8.2	Efeito devolutivo do recurso.....	301
8.3	Efeito extensivo.....	301
8.4	Efeito retratativo do recurso.....	301
9	Modos de impugnação das decisões.....	301
9.1	Impugnação por meio de recurso e por ação autônoma.....	302
9.2	Principal reflexo da interposição do recurso.....	302
9.2.1	Reiteração e iteração da relação processual.....	302
10	Classificação dos recursos.....	302
10.1	Classificação quanto à natureza.....	302
10.2	Classificação quanto à iniciativa recursal.....	303
10.3	Classificação quanto à extensão do recurso.....	303
10.4	Classificação quanto à autonomia do recurso.....	304
10.5	Classificação quanto ao poder de retratação do juiz.....	304
10.6	Classificação quanto ao fundamento recursal.....	304
11	Tipologia recursal.....	305
11.1	Teoria do recurso indiferente.....	305
11.2	Modalidades de recurso no processo civil.....	306
11.2.1	Mandado de segurança como sucedâneo recursal.....	306
11.2.2	Medidas de quase recurso.....	306
11.3	Modalidades de recurso no processo penal.....	306
11.4	Modalidades de recurso no processo trabalhista.....	307
12	Incidentes recursais.....	309
12.1	Assunção de competência.....	309
12.2	Arguição de inconstitucionalidade.....	309
12.3	Resolução de demandas repetitivas.....	309
12.4	Reclamação.....	309
12.5	Recursos extraordinário e especial repetitivos.....	309
13	Proibição de <i>reformatio in peius</i>	310
	Bibliografia.....	310
CAPÍTULO 16 – COISA JULGADA.....		311
1	Natureza jurídica da sentença recorrível.....	311
1.1	Ato jurídico sujeito a condição suspensiva.....	311

1.2	Ato jurídico sujeito a condição resolutiva.....	311
1.3	Mera situação jurídica ou simples ato do magistrado	312
1.4	Ato jurisdicional por excelência	313
1.5	Ato imperativo do Estado-juiz.....	313
1.6	Ato jurídico sujeito a revogação	313
1.7	Ato jurídico sujeito a condição suspensiva ou resolutiva.....	313
2	Escorço histórico da coisa julgada.....	314
2.1	Coisa julgada no processo romano	314
2.2	Coisa julgada no processo medieval	314
2.3	Novos contornos dados à coisa julgada por Liebman	314
3	Coisa julgada: coisa julgada <i>formal</i> e coisa julgada <i>material</i>	314
3.1	Coisa julgada formal	315
3.2	Coisa julgada material	315
4	Justificação da coisa julgada.....	315
4.1	Fundamento político da coisa julgada.....	316
4.2	Fundamento jurídico da coisa julgada.....	316
4.2.1	Principais teorias sobre o fundamento jurídico da coisa julgada	316
4.2.1.1	Teoria da presunção de verdade.....	316
4.2.1.2	Teoria da ficção da verdade	316
4.2.1.3	Teoria da força legal substancial da sentença	317
4.2.1.4	Teoria da eficácia da declaração	317
4.2.1.5	Teoria da vontade do Estado	317
4.2.1.6	Teoria da extinção da obrigação jurisdicional do Estado	318
4.2.1.7	Teoria da sentença como lei especial.....	319
4.2.1.8	Teoria da qualificação dos efeitos da sentença.....	319
4.2.1.8.1	Eficácia natural da sentença	320
4.2.1.8.2	Autoridade de coisa julgada.....	321
5	Limites objetivos da coisa julgada	322
5.1	Coisa julgada no processo civil.....	322
5.1.1	Coisa julgada e questões prejudiciais	322
5.2	Relação entre o dispositivo e os fundamentos da sentença	323
6	Limites subjetivos da coisa julgada	323
6.1	Coisa julgada em relação às partes na demanda	324
6.2	Teorias sobre a extensão da coisa julgada a terceiros	324
6.2.1	Teoria da identidade objetiva da relação jurídica	324
6.2.2	Teoria da representação.....	324
6.2.3	Teoria da identidade da posição jurídica	325
6.2.4	Teoria da subordinação da posição jurídica	325
6.2.5	Teoria dos efeitos reflexos da coisa julgada	326
6.2.5.1	Categorias de terceiros em relação ao processo	326

7	Teoria da eficácia natural da sentença	327
7.1	Distinção entre eficácia natural da sentença e coisa julgada	327
7.1.1	Princípios básicos da teoria de Liebman.....	327
8	Projeção da coisa julgada penal na esfera cível e vice-versa	328
8.1	Prevalência da jurisdição penal sobre a cível.....	328
8.1.1	Teoria da unidade da jurisdição	328
8.1.2	Teoria da ficção da representação	328
8.1.3	Teoria da predominância do princípio inquisitório no processo penal.....	328
8.1.4	Necessidade de evitar julgados contraditórios	328
	Bibliografia	329

CAPÍTULO 17 - EXECUÇÃO..... 331

1	Execução e processo	331
1.1	Autonomia do processo de execução.....	331
2	Pressupostos processuais na execução	332
2.1	Pressupostos genéricos e específico do processo de execução	332
2.2	Competência no processo de execução	333
2.3	Objeto do processo de execução.....	333
2.3.1	Lide de pretensão insatisfeita.....	333
2.4	Condições da ação de execução.....	333
3	Defesa na execução.....	333
3.1	Natureza jurídica dos embargos à execução	334
4	Execução e jurisdição	334
4.1	Caráter substitutivo da execução.....	334
4.2	Natureza da execução penal.....	334
5	Exceção (ou alegação) de pré-executividade	335
5.1	Construção doutrinária do instituto.....	335
5.2	Problemática da exceção de pré-executividade	336
6	Cumprimento de sentença	336
6.1	Cumprimento de sentença penal, arbitral e estrangeira.....	336
6.2	Cumprimento parcial da sentença: parte líquida e ilíquida.....	337
	Bibliografia	337

BIBLIOGRAFIA GERAL..... 339